

## Estado não exigirá vacina nas escolas

O governador Mauro Mendes (DEM) garantiu que não será exigida a vacinação dos estudantes para retornar às salas de aulas. Ele disse que só poderia tornar obrigatório por força de lei federal. Mauro também descartou qualquer possibilidade de novo fechamento das escolas ou a adoção do ensino híbrido durante o período de aumento de casos de covid-19. "Nós vamos priorizar a educação. Temos um ambiente seguro, com todos os procedimentos que tem em todos os lugares, e vamos manter as salas de aulas abertas para todos os alunos", afirmou

PÁG. 5



Gilberto Leite

## MDB quer indicar vice de Mauro

Presidente do diretório estadual do MDB, o deputado federal Carlos Bezerra afirmou que o partido definirá no próximo mês se irá lançar uma chapa para o governo do Estado nas eleições deste ano. Ele não descarta a possibilidade de indicar um nome para vice numa eventual reeleição do governador Mauro Mendes (DEM), mas também existe a chance de indicar um nome para disputar o governo

PÁG. 3

## Max Russi defende ação contra Rota

Presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB) pediu para que o Ministério Público atue para barrar a continuidade da cobrança de pedágio em trechos da BR-163 no estado. Ele sustenta que a concessionária não tem feito investimentos necessários para duplicação da rodovia e, inclusive, já deu início à devolução amigável de concessão à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O deputado, que chegou a propor uma CPI contra a concessionária no ano passado, ainda sugeriu que os cidadãos guardem comprovantes de pagamento de pedágio e ingressem com uma ação coletiva contra a Rota do Oeste

PÁG. 4

## Surto de covid-19 faz governo suspender licitação do BRT

O governo de Mato Grosso anunciou a suspensão o processo licitatório para a contratação das obras do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT), movido à eletricidade, em Cuiabá e Várzea Grande. Segundo a nota, a decisão atende a um pedido das empresas interessadas no certame, em razão do aumento de casos de covid-19 e consequente diminuição de seus quadros de funcionários. Orçado em R\$ 480 milhões, o projeto prevê construção de 46 estações, de um terminal na região do Coxipó e outro no CPA, e a reconstrução do Terminal André Maggi, em Várzea Grande

PÁG. 6

## Colheita começa com valorização da soja

Apesar dos problemas para a obtenção de insumos, a colheita da soja começou em Mato Grosso com uma boa produtividade por hectare e está adiantada em comparação com a safra anterior. É o que aponta o boletim do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). O risco de queda de produtividade em outros estados brasileiros também tem favorecido o aumento da cotação da soja em Mato Grosso

PÁG. 7



Divulgação

## Cuiabanos migram para Chapada em busca de qualidade de vida

O charme e o clima ameno de Chapada dos Guimarães, cidade vizinha a Cuiabá, têm motivado cada vez mais pessoas a morar no município, em busca de melhor qualidade de vida e tranquilidade. O crescente interesse na cidade também atrai os olhares de construtoras e incorporadoras, que expandiram seu portfólio para oferecer não apenas casas de veraneio, mas moradias

PÁG. 8



Maria Anffe/GCom-MT

## Setor de eventos busca segurança

Empresários do setor de eventos veem o ano 2022 com a esperança de que a 'volta à normalidade' ou ao 'novo normal' seja uma realidade em Mato Grosso. Após quase dois anos de pandemia, o setor ainda 'patina' na trajetória da recuperação econômica e há temor de novas restrições

PÁG. 6

## EDITORIAL

## Um direito das crianças

Aguardada há muito tempo, a vacina pediátrica enfim chegou a Mato Grosso e começa a ser aplicada nas crianças com idade de 5 a 11 anos. No entanto, as prefeituras estão relatando baixa procura pelo imunizante, um reflexo da forte campanha de desinformação promovida nas redes sociais. Em Cuiabá, por exemplo, apenas 12 mil das 60,5 mil crianças foram cadastradas por seus pais ou responsáveis. Já em Rondonópolis, terceira maior cidade do estado, apenas 51 crianças compareceram no primeiro dia de vacinação.

Vacinar as crianças contra a covid-19 é importantíssimo. Atualmente, são elas que cor-

rem mais risco diante de novas variantes altamente transmissíveis, como a ômicron, por não estarem protegidas. Estudo realizado pela Universidade de Liverpool, na Inglaterra, aponta que o risco de ser hospitalizado por causa da ômicron é proporcionalmente maior para crianças pequenas e bebês do que para as crianças hospitalizadas com covid-19 no Reino Unido, 42% tinham menos de 1 ano de idade, em comparação com cerca de 30% menos em ondas anteriores.

Em Mato Grosso, também já se percebe um aumento na hospitalização de crianças à medida em que avança a nova

onda de infecções. Atualmente, 7 crianças estão internadas em estado grave por causa da agressividade do vírus. A única unidade com UTI pediátrica é o Centro Referência Covid-19, antigo Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá. A taxa de ocupação de UTI pediátrica é de 43,75%, restando apenas 10 leitos disponíveis para os pe-  
quenos.

É errado pensar que a covid-19 não faz vítimas entre as crianças. Desde o início da pandemia, em abril do ano passado, até está quinta-feira (20), 33 crianças de 0 a 5 anos morreram em decorrência da covid-19. Na faixa etária de 5 a 11 anos, 10 óbitos foram registrados, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde. Ignorar este fato, minimizar sua importância e afirmar que elas

são aceitáveis não são atitudes plausíveis. Nossas crianças esperam - e merecem! - outro tipo de postura e de compromisso com a saúde delas.

A vacina que está sendo disponibilizada para nossas crianças é segura e atende aos mesmos critérios da vacinação de adultos. Ela foi aprovada pelas principais agências reguladoras de medicamentos e vacinas do mundo, após rigorosos estudos clínicos, com milhares de voluntários, e com o objetivo de garantir a segurança e eficácia. Renomadas agências já deram seu aval à vacinação infantil, como a European Medicines Agency (EMA); Food and Drug Administration dos Estados Unidos (FDA); e a Divisão de Alimentos e Produtos para a Saúde do Canadá (HPFB).

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

A vacina previne a morte, dor, sofrimento, emergências e internação em todas as faixas etárias. Negar este benefício às crianças sem apresentar evidências científicas sólidas, assim como desestimular a adesão dos pais à imunização de seus filhos, é um ato lamentável, que, infelizmente, pode custar vidas. É a doença que deve ser temida, nunca o remédio.

## Policia Penal não é vigilante

Lucivaldo Vieira de Sousa (\*)

Na última semana, em entrevista à rádio CBN Cuiabá, o governador Mauro Mendes (DEM) foi mais uma vez questionado sobre a greve dos policiais penais de Mato Grosso, que reivindicam a equiparação salarial com outras forças de segurança do Estado. Na ocasião, o governador comparou o salário inicial dos servidores públicos com a remuneração de vigilantes que atuam em empresas privadas, comparação no mínimo sem sentido, se elencarmos as inúmeras diferenças entre as obrigações de cada uma dessas profissões.

As principais delas são as que devem ser "cuidado, policiado, disciplinado, reeducado e vigiado", com todo respeito aos nossos colegas da iniciativa privada, que em sua maioria trabalha para zelar e cuidar de prédios e estruturas, ou seja, bens patrimoniais. Já o policial penal trabalha o tempo todo do seu turno cuidando, vigiando e escoltando pessoas que cometeram crimes, indivíduos perigosos para conviver em sociedade e que em grande parte são membros de facções criminosas, compostas também por pessoas que estão fora das grades.

O nível de periculosidade entre uma atividade e outra, dessas duas usadas por Mendes para efeito comparativo, chega a ser descabido. As funções do policial penal vão muito além de abrir e fechar cadeados, abrir e fechar celas, entregar marmitas e remédios aos reeducandos. De acordo com a Lei Complementar 389/2010, são ao menos 18 atribuições listadas, que incluem entre outras: revista nos detentos, celas, pátios, revista nos visitantes, servidores e demais pessoas que adentrarem a unidade; prestar segurança aos diversos profissionais que fazem atendimentos especializados às pessoas custodiadas; vigilância interna; vigilância externa, incluindo as muralhas e guaritas dos estabelecimentos penais; contenção; realizar escolta armada em cumprimento às requisições das autoridades competentes; realizar escolta armada nas transferências entre estabelecimentos penais;

Além de outras atribuições não regulamentadas e serviços atribuídos por outras autoridades e poderes, aceitos pelo executivo, tais quais: Malote digital (citação, intimação, notificação, certificação, alvará de soltura, cumprimento de mandado de prisão dentre outros); Acompanhamento a LEI SECA, operações com cães, serviço de inteligência,

operação de aeronave não tripulada (drone), e todas as atividades de gestão da pasta (secretário adjunto, superintendentes e todos os cargos de confiança). Serviços feitos com mestria, mesmo sem as mínimas condições estruturais e com efetivo abaixo do razoável.

Sem contar situações mais extremas como prestar assistência em situações de emergência, tais como fugas, motins, incêndios, rebeliões e outras assemelhadas; e auxiliar as autoridades, objetivando a recaptura de foragidos dos estabelecimentos. Ou seja, não há como fazer esse tipo de comparação entre policiais penais e vigilantes de empresas privadas para justificar a baixa remuneração aos servidores em início de carreira.

Outro ponto de atenção para os policiais penais é a questão da isonomia salarial. Na última reunião com o governo do Estado, o secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, deu a entender que a intenção do governo é contemplar inicialmente somente os servidores de classes A e B da categoria, com o reajuste salarial. No entanto, essas duas classes juntas, somam cerca de 210 servidores.

Outra afirmação que dizem nas rodas de conversa é de que os policiais penais de Mato

Grosso possuem um dos melhores salários do país. Contudo, o que não se diz é que para um policial penal ter uma renda de pouco mais de R\$ 5 mil é preciso ter pelo menos seis anos de carreira, e para atingir algo próximo de R\$ 8 mil é necessário mais de uma década de dedicação à profissão. São exatamente nessas classes que a defasagem salarial é maior, pois são esses servidores que estão sem recomposição salarial há mais de uma década.

É preciso que a sociedade conheça o papel dos policiais penais e que o governo do Estado respeite a categoria, pois ganhamos mais responsabilidades nos últimos anos e que não tivemos o reconhecimento e a remuneração valorizados na mesma proporção. Nosso movimento grevista é justo e legítimo. Não queremos ser superiores e sim iguais às outras forças da segurança pública mato-grossense.

LUCIVALDO VIEIRA DE SOUSA é secretário geral do Sindspen-MT, e coordenador da Federação Nacional Sindical da Polícia Penal - FENASPPEN



## Tenha coragem

Francisney Liberato (\*)

Examinem também a qualidade da terra, se é boa para plantar ou não. Vejam se há matas. Tenham coragem e tragam algumas frutas da terra. Números 13:20

Deus disse a Moisés que escolhesse os melhores homens para espionar a terra que Ele tinha prometido para o seu povo. Moisés, no deserto de Pará, obedeceu a Deus e escolheu os homens.

Eram 12 homens, um representante de cada tribo, e líderes das tribos.

Os 12 espíões fariam o papel de peritos e auditores, pois a mensagem dada era para observar a terra, verificar quem morava nela, se eram muitas pessoas, se existiam gigantes, se as cidades eram muradas, se havia frutos, se a terra era boa para plantar etc.

Além dessas funções, eles deviam trazer frutos de lá, isto é, prova material do que continha aquela terra.

Moisés, ao final do discurso, conforme Números 13:20, disse: "Examinem também a

qualidade da terra, se é boa para plantar ou não. Vejam se há matas. Tenham coragem e tragam algumas frutas da terra". Estava na época da primeira colheita de uvas.

Aquele povo, depois de 400 anos como escravos, já estava próximo de conquistar a Terra Prometida por Deus. Que privilégio! A euforia devia ter se alastrado por todo aquele povo.

O fato de ser líder e ainda ser escolhido para ser um espião era um grande privilégio. Nós estamos falando dos melhores homens do povo de Israel.

No texto não diz que alguns foram escolhidos e que recusaram o convite. Isso serve de lição para nós hoje. Quando Deus escolhe, jamais devemos recusar o Seu convite. Deus sabe o que é melhor para nós. Se entendemos que não temos competência, fique tranquilo, pois, quando entregamos tudo nas mãos d'Ele, Ele realiza maravilhas para todos nós.

Mesmo escolhendo os melhores líderes, os mais preparados, Moisés os motivou, pois sabia da dificuldade que iriam enfrentar na terra de Canaã, e disse a cada um: "Tenha

coragem, seja forte!". Um líder sempre deve motivar e incentivar os seus liderados, e foi justamente o que Moisés fez.

E você, tem aceitado o convite de Deus para sua vida? Deus escolheu você para liderar, primeiro a sua vida, e depois as vidas das demais pessoas.

O nosso Deus nos motiva todos os dias para que possamos ser fortes, que possamos ter coragem para enfrentar os maiores desafios desta vida. Deus sabe o que é o melhor para você, por isso te escolheu e te salvou.

Se você voltar ao passado, sabe que no contexto da história você também seria escolhido por Deus. Ele ainda nos escolhe todos os dias para sermos os seus filhos. Que grande oportunidade e privilégio!

Estamos nesta terra como escolhidos, em um mundo estranho para nós, mas que podemos sempre averiguar tudo o que ocorre por aqui, e sermos fortes, aguentarmos firmes, mesmo nas dificuldades. O nosso papel é apenas relatar para Deus o que existe neste mundo, mesmo que Ele já saiba de tudo. No

mais, deixe com Ele, pois unicamente Ele tem o poder para efetuar grandes maravilhas em nossas vidas.



FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade - ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência" e "Legado".

## A Guilhotina da Urna

Lourenbergue Alves (\*)

Políticos e partidos se movimentam. Ainda que meio desorientados, mas se movimentam, e, ao se movimentarem, conversam em torno de nomes que possam formar as chapas tanto para o Legislativo estadual quanto para o federal, agora sem a possibilidade de coligação ou aliança. Rascunham listas, refazem-nas, voltam com os nomes de antes, e tornam a mudá-las. Neste vai-e-vem, quase como robôs-autônomos, deixam-se escapar os detalhes, os quais são preciosos no jogo

político-eleitoral. Pois, qualquer mexida equivocada pode atrapalhar os planos pessoais de muitos. Isto também vale para as disputas majoritárias. Ainda que um ou outro nome já se desponte com vantagens consideráveis em relação aos demais supostos postulantes. No entanto, cabe lembrar sempre, ninguém vence uma eleição com antecedência, a despeito do enorme favoritismo. Daí a necessidade de se ater a um lance, a outro, por fim, a vários deles, até para não serem surpreendidos. Lição primeira de qualquer assessoria ou consultoria de campanha. Mesmo assim,

ignorada quer pelos políticos, quer por quem deveria sempre se lembrar dela.

O descuido, a desatenção. Tudo se desmorona, assim como desmoronou em disputas anteriores. Nestas, aliás, candidatos, tidos como vitoriosos, adormeciam, e, no outro dia, à noite, o resultado das urnas lhes eram adversos. Apareciam, então, as desculpas. As mais estapafúrdias. Nada explicavam, ou justificavam. Foi sempre assim. Serão, por certo, neste ano. Até porque não se viu estratégias de campanha. Alguém poderia dizer: "está cedo para isso". "Pode ser, mas não é demais ensaiar algumas jogadas..." - diria o interlocutor. "Sem dúvida..." - tentaria complementar alguém que escutava a conversa. "Inexiste planejamento algum..." - ponderaria outro, logo cortado, pois, no exato instante em que tentava se pronunciar, passava um dos coronéis da política local, um daqueles que mais defende a construção de uma federação partidária. Esta, é bom que se diga, servirá para salvar os partidos pequenos, justamente quando se aumentou o índice percentual da cláusula de desempenho, saído de 1,5% para 2,0% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com um mínimo de 1% em cada um deles, ou eleger onze deputados federais em pelo menos nove unidades.

Este grande desafio se alia a outro, o da criação dos limites mínimos para concorrerem às sobras. Agora, neste ano, as cadeiras do Parlamento não preenchidas pelos partidos que venham a conquistar o quociente eleitoral, as chamadas sobras serão distribuídas entre os partidos ou federação que venham a alcançar 80% do quociente eleitoral, e candidatos com 20% do quociente eleitoral. São dois grandes desafios. Bem mais quando se percebe que o não atingir os exigidos 2%

da cláusula de desempenho pode tirar siglas do rateio do fundo partidário e do horário e espaços no rádio e na TV. Razão pela qual, claro, partidos pequenos, em especial, tem se movimentado, conversado sobre a formação de uma federação partidária. Esta, ao contrário da coligação, é nacional e tem a duração de quatro anos, o que amarrará as disputas municipais de 2024, e prolongará até 2026.

Fala-se bastante que o PT está à frente da costura de uma grande federação partidária, a qual, uma vez costurada, servirá de muleta para partidos como o PCdoB, PSB, PV, etc., e, por tabela, fortalecerá também a própria candidatura petista a presidência da República, ainda que a federação se prenda a disputa para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal. Embora alguns dos integrantes desses partidos, em determinados Estados, com possibilidades de grande votação, até maior do que conquistaram em 2018, preferissem não compor a tal federação, e, assim, já estão de malas prontas, a espera da janela partidária, e migrarem para outra sigla. Sairão políticos com cargos, inclusive, de tantas outras siglas, não apenas dos partidos que já estão em conversas para a costura da federação. Fala-se muito que o PSL, bem como o DEM, que se juntarão em novo partido (União Brasil), perderá filiado. Mas, neste particular, sem dúvida, os maiores perdedores serão mesmo as pequenas agremiações. Mexem, pulam e saltitam, até para livrarem os próprios pescoços da guilhotina da urna. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

## ARTICULAÇÕES

Reunião definirá se o partido vai lançar candidato próprio ao governo do Estado ou se tentará indicar o vice-governador na chapa de Mauro

# MDB tomará decisão em fevereiro

Gilberto Leite

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

## Da redação

Presidente do diretório estadual do MDB, o deputado federal Carlos Bezerra afirmou que o partido definirá no próximo mês se irá lançar uma chapa para o governo do Estado nas eleições deste ano. Ele não descarta a possibilidade de indicar um nome para vice numa eventual reeleição do governador Mauro Mendes (DEM), mas também existe a chance de indicar um nome para disputar o governo.

"De fevereiro em diante começam as discussões internas para definir o rumo com relação ao governo do Estado", disse o parlamentar

à imprensa, nessa quinta-feira (20).

Na avaliação de Bezerra, ainda não é tarde para debater os nomes que disputarão o governo do Estado, já que ainda não existem pré-candidatos confirmados ao posto. Os nomes para encabeçar a chapa devem surgir durante as discussões, que vão se intensificar até a realização das convenções partidárias - 20 de julho a 5 de agosto.

"A eleição é em outubro, não está tardia. A época é agora, não adianta discutir antes [...] O partido não discutiu isso [nomes para candidatura], vai discutir ainda. Tem vários, como se perguntou o da Janaina [Riva, deputada estadual] é lembrado, o dele [Emanuel Pinheiro] é lembrado. Isso vamos discutir futuramente", declarou.

Sobre a possibilidade de reeleição de Mauro, Bezerra comentou que o nome é forte, mas que o jogo "está começando

agora". Ele afirma que se Mauro confirmar sua candidatura, o MDB vai brigar pela vaga de vice-governador.

"Dependendo, sim, se nós formos nessa coligação, vamos brigar por isso", disse.

Para a disputa presidencial, Bezerra garantiu que o partido em Mato Grosso irá fortalecer a pré-candidatura da senadora Simone Tebet para presidente da República. Ela é a aposta do MDB para compor uma possível terceira via. "Nós vamos fortalecer a pré-candidatura para que ela possa disputar bem essa eleição presidencial", disse.

**CARGO NO EXECUTIVO** - Bezerra revelou ainda que o MDB deve indicar o substituto de Silvano Amaral na Secretaria Estadual de Agricultura Familiar. Silvano deixará a pasta até o final de fevereiro, para concorrer a uma cadeira na Assembleia Legislativa. O nome do substituto deve surgir



Bezerra afirma que MDB tem nomes capazes para disputar o governo, mas só decidirá o posicionamento em fevereiro

durante o encontro da legenda, marcado para fevereiro.

"O partido deve indicar outro nome no

lugar dele, ninguém é insubstituível. Porque ele é candidato a deputado estadual, tem que deixar o cargo. Vamos

reunir a bancada, reunir todo mundo, para discutir internamente. Esse nome vai sair dessa discussão", falou.

## AÇÃO NO STF

## "Briga" de partidos não muda relação, diz Eduardo Botelho

## Da redação

Primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, o deputado Eduardo Botelho (DEM) disse que a "briga" entre seu partido e o PSB quanto a decisão que suspendeu o resultado da eleição que o consagrou presidente pela 3ª vez consecutiva, não afetou seu relacionamento com o presidente do Legislativo, deputado Max Russi.

Evitando polemizar o assunto, Botelho disse que independente do resultado não haverá problemas internos. A mesma postura foi adotada por Russi ao ser questionado sobre o assunto.

"O que eles decidirem lá está bom para nós. Se for para permanecer do jeito que está não tem problema, se for para mudar nós mudamos. Eu e o presidente Max estamos alinhados, é um di-

reito dele reivindicar, é um direito meu, mas lá dentro estamos perfeitamente em harmonia, nós estamos trabalhando juntos e conversando todos os dias. Não tem nenhuma rusga ou intriga entre nós dois", garantiu o deputado em entrevista ao programa Resumo do Dia.

O democrata disse ainda que o diretório nacional de seu partido apresentou pedido para admissão na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), na condição de terceiro interessado e para restabelecer o resultado da eleição para a Mesa Diretora realizada em 2020, após o PSB ter apresentado o mesmo pedido.

"O DEM encaminhou isso porque o PSB também encaminhou, um direito legítimo de cada partido defender seus fi-

liados e assim como o PSB está defendendo a permanência, o DEM também está defendendo o meu retorno haja vista que 10 Assembleias já receberam acórdão do Supremo avalizando as eleições realizadas antes de 2021", comentou.

**POSSE SUSPESA** - Em 2021, o Supremo Tribunal Federal determinou a suspensão e posse dos eleitos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, biênio 2021/2022, e nova eleição. O ministro Alexandre de Moraes acatou pedido liminar do partido Rede Sustentabilidade, que alegou que a recondução de Botelho, pela terceira vez consecutiva, era inconstitucional.

Na época, a Assembleia decidiu acatar a decisão e convocou um novo pleito que consagrou Max Russi na presidência e Botelho na primeira-secretaria.

## AUMENTO DE 55%

## Vereadores reajustam salários 2 vezes em 30 dias

## Da redação

Em menos de 30 dias, os vereadores de Alta Floresta (a 790 km de Cuiabá) aprovaram dois projetos de lei que reajustaram seus salários em mais de 55%. O vencimento dos parlamentares era de R\$ 4,9 mil e passou para R\$ 7,9 mil, aumento de mais de R\$ 3 mil. A primeira elevação salarial aconteceu em dezembro com a aprovação da proposta que concede a Revisão Geral Anual (RGA) de 39,63%.

O percentual é a soma-tória das perdas inflacionárias dos subsídios em conformidade com a taxa referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulados entre 2013 e 2019. Com isso, o salário dos vereadores saltou para R\$ 6.911,69.

Na semana passada, os parlamentares suspenderam

o recesso para aprovar a proposta que acrescentou mais 15,61% ao salário, chegando a R\$ 7.990,60.

O percentual é a soma-tória da revisão geral anual das perdas inflacionárias de 2020 e 2021.

"O percentual de revisão de que trata esta Lei será concedido em janeiro de 2022, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado nos últimos dois anos, considerando o índice de janeiro a dezembro de cada ano", diz trecho da Lei nº 2.693/2022, sancionada pelo prefeito Valdemar Gamba (PSDB).

**VERBA INDENIZATÓRIA** - Os vereadores também aprovaram o projeto que aumenta o valor da Verba Indenizatória (VI). A proposição assinada pelos 13 vereadores aumenta de R\$ 4 mil para R\$ 5,8 mil o re-

curso utilizado para cobrir as despesas decorrentes das atividades parlamentares.

De acordo com a Lei nº 2.694/2022, a verba será paga mensalmente aos vereadores, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, para indenizar gastos com transporte, seguro do veículo, combustível, lubrificante, bem como gastos com estacionamento se houver, limpeza veicular, manutenção do veículo, alimentação, locação de veículo, hospedagem e outras atividades.

Em material divulgado no site oficial, o presidente da Câmara Municipal, vereador Oslen Dias dos Santos, o Tuti (PSDB), esclarece que os projetos que concedem RGA e da VI foram votados em sessão extraordinária em virtude do recesso parlamentar.

## KIT ESCOLAR

## Emanuel diz que governo copiou ação da prefeitura

## Da redação

Durante uma transmissão ao vivo nas redes sociais, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) cutucou seu adversário político, governador Mauro Mendes (DEM), dizendo que o governo copiou um projeto implementado no início de sua gestão que garante aos alunos da rede pública um kit de uniforme.

"Quando eu vejo que o Estado copia isso de Cuiabá fico feliz. Não é errado copiar o que está dando certo. Não é vergonha copiar aquilo que é bom" destacou o prefeito, durante live exibida na noite de terça-feira (18).

Na última semana, o governo anunciou que deu início ao processo licitatório para aquisição do kit completo para os estudantes da rede estadual.

Emanuel recomendou aos gestores para que programas e ações como essas sejam implementadas no início da gestão e não no final ou em ano eleitoral.

"Faço uma sugestão a todos os gestores que projetos como esse de grande escala e de grande alcance social seja implementado no início do mandato, não seja implementado no final ou no ano eleitoral, não. Porque no ano eleitoral

vai ajudar muito menos pessoas, ele tem que ser feito como nós fizemos", disse.

Por fim, Pinheiro ainda aconselhou aos gestores que façam como o governo e copiem o programa desenvolvido pelo Executivo da capital.

"A todos os gestores faça como estado fez, copiem Cuiabá, Vale a pena, dá certo, ajudem e atendem nossas crianças que estudam na rede pública, mas só se atente o alcance social é tão grande que evitem fazer no ano eleitoral, evitem fazer no último ano faça desde o começo quem ganha com isso são as nossas crianças", disse.

## ESFORÇO CONTRA COVID

## Realizar carnaval seria imprudente, diz Gilberto

## Da redação

O secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, avalia que Mato Grosso poderá chegar em julho em uma situação "mais confortável" na pandemia, caso a vacinação contra a covid-19 continue avançando e a população tome os cuidados preventivos para evitar a disseminação do coronavírus.

"Eu acredito, tenho otimismo em relação a isso. Quanto mais nos vacinarmos, mais estaremos protegendo a população e mais vamos atacar o vírus. E acredito que no mês de julho nós vamos ter uma situação muito mais confortável do que temos agora, basta que agora nós tenhamos juízo, não fazer aquilo que alguns estão tentando fazer, acreditando que a pandemia já acabou e adotando medidas que contrariam praticamente 100% de tudo que foi dito até agora", disse.

Entre as medidas que devem ser adotadas para evitar um novo aumento de casos da doença, o secretário cita o cancelamento do carnaval como a principal, já que a festança é marcada pela formação de grandes aglomerações, criando ambiente propício para a disseminação tanto do coronavírus quanto do vírus Influenza, causador da gripe.

O governo do Estado tem orientado os municípios a não realizarem eventos de Carnaval. Contudo, a decisão cabe aos prefeitos de cada cidade. Até o momento, a maioria dos municípios da Baixada Cuiabana já proibiu o carnaval. A exceção é Chapada dos Guimarães, que ainda está avaliando a situação.

"Toda grande aglomeração em contingente desse tipo vai sim ampliar a possibilidade de disseminação da covid, vai colapsar o sistema. Seria uma imprudência

realizar um evento dessa natureza, mas, como eu disse, cada gestor é eleito e tem a responsabilidade das decisões que toma", afirmou.

Apesar da perspectiva otimista, Figueiredo ressaltou que não tem como prever com exatidão como estará a situação epidemiológica no futuro, já que o cenário é muda com frequência. No entanto, ações como o cancelamento do carnaval, incentivo ao distanciamento social, uso de máscara facial e higienização das mãos vão colaborar para uma melhora do quadro da pandemia no futuro.

"O cenário epidemiológico é avaliado diariamente. [...] Tem que esperar chegar julho, não dá para antecipar, ninguém tem bola de cristal. Ninguém conseguia prever com certeza absoluta que nós teríamos uma nova variante, um novo crescimento do número de casos", concluiu.

## CONCESSÃO DEVOLVIDA

Presidente da Assembleia sustenta que empresa não entregou duplicação da rodovia e, por isso, não deveria continuar cobrando pedágios na BR-163

## Russi defende ação contra a Rota

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA  
Unimed  
Cuiabá

## Da redação

Presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB) pediu para que o Ministério Público atue para barrar a continuidade da cobrança de pedágio em trechos da BR-163 no estado. Ele sustenta que a concessionária não tem feito investimentos necessários para duplicação da rodovia e, inclusive, já deu início à devolução amigável de concessão à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Russi ainda sugeriu que os cidadãos guardem comprovantes de pagamento e ingressem com uma ação coletiva contra a concessionária.

"Acho que o Ministério Público, tanto Federal quanto Estadual, tinha que atuar. Acho que não deve ter cobrança

do pedágio, porque não está tendo a entrega de serviço. Sou leigo nessa área jurídica, mas quem está pagando esse pedágio tinha que guardar comprovantes e caberia ações coletivas, porque não existe uma entrega de serviço [...] Ela não tem compromisso nenhum de investimento. E se enrolar isso mais um, dois anos ou três anos, até outra concessionária assumir?", questionou Russi, durante entrevista à rádio Capital FM.

O presidente lembrou que houve uma movimentação na Assembleia Legislativa durante o ano passado para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o contrato da Rota do Oeste, pela falha na prestação de serviços.

"Trabalhei contra essa concessão. Lá atrás eu procurei o Ministério Público Federal, entramos com ação e conseguimos parar a cobrança do pedágio por alguns dias, porque eles cobram e não tinham feito os investimentos. Nós fizemos uma movimentação no final do ano para abrir uma CPI na Assembleia Legislativa,



Russi sugere proposição de ação coletiva contra a cobrança de pedágio na BR-163

alguns me criticaram: 'porque a Assembleia Legislativa quer fazer uma CPI dessa concessão?'... 'Isso é uma obrigação de Brasília, não é obrigação da Assembleia'. Mas, eu entendi, como presidente da Assembleia e o parlamentar todo assinou. A gente tinha que fazer essa CPI, porque não era correto a

empresa receber pedágio", disse.

**DEVOLUÇÃO AMIGÁVEL** - No final do ano passado, a Concessionária Rota do Oeste protocolou pedido para devolução amigável da concessão da BR-163 à ANTT. Em nota, a concessionária disse que antes de optar pela devolução outras soluções

que pudessem ter menos impacto ao usuário.

"A empresa buscou incisivamente outras soluções que pudessem ter ainda menos impacto aos usuários, como por exemplo por meio da MP 800, de 2017, que perdeu validade ao não ser votada no Congresso Nacional, e da Revisão Quinquenal, que foi

descartada pelos órgãos de controle. Mais recentemente, entre 2020 e 2021, a concessionária trabalhou na criação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) caso um novo grupo assumisse o controle da Rota do Oeste, o que também não foi possível", diz trecho da publicação.

**OUTRO LADO** - Em nota, a Concessionária diz que protocolou o pedido de devolução em dezembro. A Rota explica que esta é a primeira etapa do processo, que deve percorrer ao longo de 2022. A empresa afirma ainda que a legislação proíbe a suspensão dos serviços operacionais e da manutenção da rodovia, por isso continua realizando a cobrança de pedágios. A previsão é que cerca de R\$ 150 milhões sejam aplicados todos os anos para a manutenção dos serviços.

"Portanto, assumimos e cumprimos a responsabilidade de realizar os trabalhos de manutenção, recuperação, serviços de socorro médico e mecânico até lá", conclui.

## "EQUIVOCADO"

## Geller rebate Fagundes sobre desigualdade em MT

## Da redação

O deputado federal Neri Geller (PP) rebateu as críticas feitas pelo senador Wellington Fagundes (PL) em relação às ações executadas pelo governo do Estado, principalmente na área econômica e social.

Na última semana, Fagundes disse que a redução concedida pelo Executivo estadual na alíquota do ICMS foi muito pequena, pois o Estado tem um dos impostos mais "pesados" do país e pontuou a necessidade da criação de políticas públicas que estimulem a redução da desigualdade.

Para Neri, o posicionamento do senador é equivocado. O deputado federal destacou as ações sociais que a gestão de Mauro Mendes (DEM) tem adotado nos últimos anos.

"Eu respeito o Wellington, estamos travando uma possível disputa sim, mas eu apoiéi o Wellington na eleição passada e eu tenho uma relação boa com ele, mas é um equívoco falar isso", destacou, em entrevista à Rádio Capital.

"Está fazendo é de forma silenciosa, digno de se elogiar, fazendo casas populares em vários e vários municípios, governador entregou cestas básicas para famílias carentes em todo estado e eu sou testemunha, coloquei um pouco um bom recurso, emenda, para ajudar na ação social", complementou.

Neri também rebateu as críticas de Fagundes quanto à concentração de renda em Mato Grosso. O deputado afirma que não pode ir contra quem "faz o progresso acontecer" e afirmou que o estado é campeão na geração de empregos.

"Tem um pouco concentração de renda, mas não pode ser contra quem faz o progresso acontecer, nós estamos num país capitalista", afirmou. "Volto a dizer que precisamos ficar com o radar ligado na questão de dar suporte para fazer qualificação profissional, tem muita gente que vem de fora que não consegue operar uma máquina agrícola porque hoje ela é de tecnologia de ponta, tudo piloto automático, tudo com conectividade", completou.

Pré-candidatos ao Senado, com apenas uma vaga em disputa, Neri e Fagundes devem aumentar o tom nos próximos dias, já que ambos são da base bolsonarista em Mato Grosso.

Por hora, Neri diz que tem apoio de 12 dos 14 prefeitos da Baixada Cuiabana. Ele



Geller acredita que ainda conseguirá conquistar o apoio de Emanuel Pinheiro à sua candidatura

ainda acredita que conseguirá o apoio do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), e ressaltou que foi um dos coordena-

dores da campanha do emedebista em 2016.

"Emanuel é um político preparado, tenho crédito e acredito que ele vai votar em mim. Aju-

dei bastante na primeira eleição dele, fui um dos coordenadores de sua primeira campanha vitoriosa e iremos conversar mais a frente", destacou.

## VETO DO PRESIDENTE

## WF quer derrubar veto ao Refis de microempresas

## Da redação

O senador Wellington Fagundes (PL-MT) disse na segunda-feira, 17, que vai continuar defendendo o projeto de lei de recuperação fiscal para micro e pequenas empresas, vetado pelo presidente Jair Bolsonaro. A proposta havia sido aprovada em agosto pelo Senado e em dezembro pela Câmara. Wellington disse que pedirá ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM), que a matéria seja apreciada com prioridade no retorno das atividades.

O projeto aprovado instituiu o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito (Cide-Crédito-MPE). O programa beneficiaria pequenas e microempresas e também microempreendedores individuais (MEI) com o parcelamento de dívidas em até 15 anos.

"Esse é um projeto que nasceu dentro

da nossa bancada, do Partido Liberal e é fundamental para garantir sobretudo a vida dessas empresas e, claro, manter os postos de trabalho. Estamos enfrentando uma pandemia, com situações ainda bastante imprevisíveis. Com toda a certeza, votaremos juntos para reestabelecer o programa" - disse o senador, ao ressaltar que a medida atinge 500 mil empresas, que, entre outras penalidades, podem ser excluídas do Simples, decretando o fechamento de suas portas.

Na mensagem de veto, o governo alega vício de inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, pois o benefício fiscal implicaria renúncia de receita, violando a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 (Lei 14.116/20).

Batizado com a sigla Relp, o Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional prevê concessão de descontos sobre juros, multas e encargos propor-

cionalmente à queda de faturamento na pandemia de Covid-19, de março a dezembro de 2020, em comparação com um ano antes. Empresas inativas no período também poderiam participar.

De acordo com o texto, poderiam ser parceladas quaisquer dívidas no âmbito do Simples Nacional, desde que o vencimento tivesse ocorrido até a competência do mês imediatamente anterior à entrada em vigor da futura lei.

Segundo o senador Wellington Fagundes, diante da posição con-

trária da área econômica do Governo, caberá agora o Congresso Nacional fazer a devida correção com a derrubada do veto e trabalhar para que o Conselho Geral do Simples Nacional (CGSN) mantenha a adesão ao Simples até 31 de janeiro e pela prorrogação do prazo para a regularização dos débitos de 31 de janeiro para 31 de março.

"É uma questão de justiça, ainda mais se levar em consideração que as micro e pequenas empresas foram as mais impactadas pela pandemia", frisou.

## AULAS PRESENCIAIS

Governador descarta possibilidade de ensino híbrido ou fechamento de escolas, mesmo com aumento de casos; Rede estadual não exigirá vacinação

## "Educação tem que ser prioridade"

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

## Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) defendeu o retorno das aulas presenciais em todo o estado, mesmo diante do cenário de aumento de casos de covid-19. Mauro afirmou que a educação deve ser prioridade não apenas na fala, mas também nas atitudes e decisões de governo.

Segundo o governador, todas as medidas de biosseguranças serão adotadas para tornar as salas de aulas um local seguro para os profissionais e estudantes. O ano letivo em Mato Grosso começa no dia 7 de fevereiro.

"Nós temos todas as condições de criar um ambiente seguro e garantir, na prática,



Mauro afirma que escolas não podem ser fechadas ao primeiro sinal de aumento de casos

essa prioridade. Porque sempre falamos que a educação tem que ter [prioridade], ela não pode ser a primeira que pare e a última que volta como tem acontecido no Brasil", disse o governador, após dar posse aos membros das

Diretorias Regionais de Educação.

As aulas presenciais em Mato Grosso retornaram em outubro do ano passado, após quase um ano e meio no sistema online e híbrido.

Ao defender o sistema presencial, Men-

des destacou que toda a população está levando uma "vida normal", retornando às rotinas que mantinham antes da pandemia. Por isso, o gestor descarta até a possibilidade de adotar o formato híbrido de ensino.

"As decisões na democracia se tomam pela maioria. Opiniões divergentes e atípicas há em todas situações. Todo mundo está levando a vida normal, vocês aqui estão trabalhando normalmente, as empresas estão trabalhando

normalmente, tá todo mundo trabalhando normalmente. Agora, a educação não pode? [...] Errado é falar que a educação tem prioridade e, na prática, não priorizar. Nós vamos priorizar a educação. Temos um ambiente seguro, com todos os procedimentos que tem em todos os lugares, e vamos manter as salas de aulas abertas para todos os alunos", enfatizou.

**EXIGÊNCIA DA VACINAÇÃO** – Mauro ainda descartou a exigência da vacinação dos estudantes para retornar às salas de aulas. Ele disse que só poderia tornar obrigatório por força de lei federal.

"O que vou fazer como governador é continuar mostrando dados e informações verdadeiras, que estão disponíveis em Mato Grosso, no Brasil e no mundo, que mostram que grande parte das pessoas que estão morrendo hoje é porque não tomaram vacina ou [tomaram] apenas uma dose. Então, realmente as vacinas têm salvado a vida das pessoas", destacou.

## PRESERVAÇÃO

## Lei proíbe construção de usinas e PCHs no Rio Cuiabá

## Da redação

A construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) em toda a extensão do Rio Cuiabá, compreendida no território da capital, está proibida. A medida está estabelecida na Lei nº 6.766/2022, sancionada pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

A norma foi proposta pelo vereador Eduardo Magalhães (Republicanos) e aprovada pela Câmara Municipal em dezembro passado.

De acordo com o parlamentar, a construção de usinas e pequenas hidrelétricas traria consequências negativas e causaria grande desequi-

líbrio, interferindo nos níveis d'água do rio, nos estoques pesqueiros e no fornecimento de água.

"Não há como questionar a importância das usinas hidrelétricas no processo de desenvolvimento do Brasil e do Mato Grosso sendo a matriz energética mais utilizada em nosso país, matriz essa que contribui com o crescimento da indústria, comércio, serviços e agronegócio, se tratando ainda de uma energia limpa e renovável. Dito isso, precisamos levar em conta que a construção desses empreendimentos transforma de forma definitiva os cursos d'água, dificultando, e em certos casos como a Usina

de Manso impedindo a migração de espécies de peixes que necessitam de longos trechos de rios para desovarem", diz trecho da justificativa apresentado pelo vereador no projeto de lei.

Para defender a proibição, Eduardo ainda ponderou que o Rio Cuiabá se encontra ameaçado por lixos que são jogados em seus leitos e que seus níveis estão baixando nos últimos anos. Além disso, ele destaca que o projeto nasceu após consultas feitas por empresários do setor elétrico na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) com objetivo de instalação de usinas no curso do Rio Cuiabá.

## COINCIDÊNCIA DE DATAS

## Deputado quer para adiar provas de concurso da SESP

## Da redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) requereu ao Governo do Estado a prorrogação do concurso público convocado pela Secretaria do Estado de Segurança Pública (Sesp-MT), com provas previstas para o dia 20 de fevereiro de 2022. Isso porque a data coincide com a aplicação do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), realizada a nível nacional em todos os estados da federação, conforme item 3.1.1 do Edital XXXIV Exame de Ordem Unificado.

"Isso impossibilita que milhares de possíveis candidatos ao concurso da Sesp-MT se inscrevam no exame

da OAB ou vice versa, considerando que o bacharelado em Direito é sem sombras de dúvidas uma formação compatível com a área de Segurança Pública", explica Lúdio.

Além disso, a realização concomitante das provas da Sesp-MT e da OAB poderá causar aglomeração nos municípios em que serão realizadas, aumentando o risco de contaminação por covid-19. "O que não é recomendado no momento de escalada da doença no estado, com aumento dos números diários de novos casos pelo avanço da variante Ômicron no Brasil", alerta o deputado.

São seis editais de Concurso Público para

os cargos de Escrivão de Polícia e Investidor de Polícia (Edital Nº 001/2022/SESP/PJC/MT), publicado no dia 04 de janeiro, Perito Oficial Criminal, Perito Oficial Médico-Legista e Perito Oficial Odonto-Legista (Edital Nº 002/2022/SEGES/SESP/MT), Soldado da Polícia Militar (Edital Nº 003/2022/SEPLAG/SESP/MT), Oficial da Polícia Militar (Edital Nº 004/2022/SEPLAG/SESP/MT), Oficial da Polícia Militar da Saúde (Nº 005/2022/SEPLAG/SESP/MT) e Soldado do Corpo de Bombeiros (006/2022/SEPLAG/SESP/MT), publicados no dia 05 de janeiro no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

## OPERAÇÃO ARARATH

## Supremo mantém delação premiada de empresário



Relator do caso, Toffoli sustenta que não há problemas em empresa pagar o acordo de seu administrador

## Gabriel Soares

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu rejeitar um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para rescindir o acordo de delação premiada firmado com o empresário Genir Martelli, alvo da Operação Ararath. Com a decisão, tomada no dia 17 de dezembro, o acordo continua valendo.

No pedido, a PGR apontava suposta irregularidade no pagamento de uma das parcelas do acordo. Isso porque o pagamento teria sido feito pela pessoa jurídica Martelli Transportes, e não pelo próprio empresário. Segundo a PGR, isso implicaria em vio-

lação do 'caráter pessoalíssimo' do acordo de delação premiada.

A defesa de Genir se manifestou pela legalidade dos pagamentos, ressaltando que o acordo assinado com a PGR já previa que a empresa atuasse como 'devedora solidária'. O argumento foi acatado pelo relator do caso, ministro Dias Toffoli, que chegou a proferir uma decisão monocrática mantendo os pagamentos.

No entanto, a PGR ingressou com agravo regimental, cobrando a apresentação de um plano para regularização dos pagamentos, além da inclusão de multa, sob o risco de rescisão do acordo.

Toffoli voltou a rejeitar os argumentos da

PGR. Em seu voto, o relator destacou que se o colaborador premiado é administrador de uma empresa e pode atuar em seu nome, o argumento de 'anuência da empresa' é insuficiente para contestar a validade dos pagamentos ou inferir qualquer possibilidade de insurgência contra o acordo.

"Com efeito, se o colaborador é sócio e administrador da empresa, podendo em seu nome atuar, o argumento da ausência de 'anuência da empresa' como causa para não admitir o pagamento das parcelas pela pessoa jurídica é insuficiente para infirmar o acordo ou seu adimplemento, notadamente quando não há qualquer

notícia de insurgência pela própria empresa", diz trecho do voto.

Em sua delação, o empresário Genir Martelli entregou um suposto esquema de pagamento de R\$ 23 milhões em propina durante o governo de Blairo Maggi (PP). Segundo ele, foi editado um decreto que concedeu créditos tributários às empresas de transporte. Em troca, ele teria assumido, junto com outras transportadoras, o compromisso de devolver R\$ 23 milhões.

O dinheiro teria sido usado para quitar uma dívida do grupo político junto a uma factoring, acusada pelo Ministério Público Federal (MPF) de lavar dinheiro de esquemas criminosos.

## 'NOVO NORMAL'

Empresários do setor de eventos veem 2022 com esperança e fazem sugestões para garantir o retorno seguro das atividades

## Recuperação depende de segurança

Disk Farmácia  
Ligou. Pediu. Chegou.  
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

## Da redação

Empresários do setor de eventos veem o ano 2022 com a esperança de que a 'volta à normalidade' ou ao 'novo normal' seja uma realidade em Mato Grosso. Após quase dois anos de pandemia, o setor ainda 'patina' na trajetória da recuperação econômica, pois permaneceu fechado durante quase todo esse período e ainda persiste um temor de novas restrições ao seu funcionamento.

Alcimar Moretti, presidente do Sindicato das Empresas de Eventos e Afins de Mato Grosso (Sindieventos-MT), aponta que os empresários precisam de segurança para planejar os eventos, o que ocorre com bastante antecedência. Para isso, o setor faz algumas propostas que permitiriam a reali-

zação de eventos de forma segura.

O setor é contra a imposição de um 'passaporte' para entrar em estabelecimentos e eventos. Alcimar defende o modelo utilizado em Cuiabá, que oferece ao cliente a possibilidade de apresentar um teste RT-PCR feito antes do evento ou a carteira de vacinação. Ela avalia que essas medidas ajudam a evitar a 'entrada do vírus', reduzindo a possibilidade de infecção e permitindo a efetivação de uma retomada.

"A gente tem que ter a liberdade de escolher o que é melhor para cada um. Se sou do grupo de risco, então não vou ao evento. Se estou doente, sou idosa, com saúde frágil, eu não vou. São as escolhas que as pessoas devem fazer, as pessoas devem ter a liberdade de escolher. Se vai aglomerar, aí sim, apresento o teste ou minha carteirinha de vacinação", afirma.

Responsável por 13% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o setor de eventos foi o mais prejudicado pela pandemia, já que a formação de aglomerações é inerente à atividade.



Responsável por 13% do PIB, setor de eventos foi o mais atingido pela pandemia e ainda 'patina' na trajetória de recuperação

Estima-se que a paralisação do setor gerou a perda de mais de R\$ 270 bilhões para a economia nacional somente em 2020, além de desempregar 3 milhões de trabalhadores.

Alcimar Moretti lembra que o primeiro ano de pandemia foi "mortal" para algumas empresas. Após a chegada do coronavírus ao Bra-

sil, em março daquele de 2020, todos os eventos foram reagendados para 2021. Porém, o setor só começou a esboçar uma retomada a partir de setembro do ano passado, sendo que muitas programações também precisaram ser transferidas para 2022.

"A gente quer que as autoridades sejam sensíveis. Os números da

pandemia vêm caindo, que sejam mais sensibilizados com as pessoas vivem de eventos. Tem quase dois anos já, acho que foi o suficiente para que se tomassem todas as providências. Então, nós temos uma boa expectativa para 2022", relata.

Moretti afirma que os empresários precisam de mais segurança para

planejamento de suas atividades a partir de agora. Apesar de temor por parte da sociedade em relação à variante ômicron, Alcimar cita o índice de vacinados, o que traz a perspectiva de que a nova onda será mais branda.

De acordo com dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cerca de 60% da população mato-grossense está vacinada com a segunda dose ou dose única. Já o percentual vacinado apenas com a primeira dose é de 71%, enquanto 8,73% já foram vacinados com a terceira dose. Alcimar pondera que já houve tempo suficiente para aprender sobre a doença e que a volta à normalidade é imperativa.

"Eu penso que as autoridades, pelo menos aqui, o prefeito [Emanuel Pinheiro] e o governador [Mauro Mendes] já perceberam isso: o vírus não vai desaparecer, ele vai enfraquecendo e a gente tem que continuar a vida, fazendo o melhor possível, tanto o fornecedor, que somos nós, como os clientes e o Poder Público. Cada um fazer sua parte", conclui.



Obras do BRT estão orçadas em R\$ 480 mi, valor que inclui desapropriações e licenças

## EFEITO COVID

## Licitação do BRT é suspensa

Gabriel Soares

O governo de Mato Grosso anunciou nesta segunda-feira (17) a suspensão do processo licitatório para a contratação das obras do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT), movido à eletricidade, em Cuiabá e Várzea Grande.

Segundo a nota, a decisão atende a um pedido das empresas interessadas no certame, em razão do aumento de casos de covid-19 e consequente diminuição de seus quadros de funcionários.

O governo informou que a reabertura da licitação será publicada pela Sinfra-MT no Diário Oficial do Estado.

A obra está orçada em R\$ 480,5 milhões, valor que compreende a elaboração dos projetos básicos e executivos de engenharia, de desapropriação, obtenção de licenças, outorgas, aprovações e execução das obras de implantação do corredor do BRT. A concorrência será rea-

lizada na modalidade de Regime Diferenciado de Contratação Integrada (RDCi), do tipo menor preço.

No valor da obra também estão incluídas as construções de 46 estações, de um terminal na região do Coxipó e outro no CPA, e a reconstrução do Terminal André Maggi, em Várzea Grande. Será construído ainda um viaduto para passagem do BRT na rotatória das avenidas Fernando Corrêa da Costa e Beira Rio, de uma nova ponte sobre o Rio Coxipó, a criação de um parque linear na Avenida do CPA, a requalificação do Largo do Rosário e demais adequações no trânsito.

TROÇA NO MODAL - O governador Mauro Mendes (DEM) decidiu em dezembro de 2019 pela troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). A decisão foi amparada por estudos técnicos, que apontaram melhor custo-benefício do modal sobre rodas.

Segundo o governo, todas as obras de infraestrutura realizadas anteriormente para o VLT serão aproveitadas. Outro ponto ressaltado é que o BRT tem uma tarifa mais acessível em relação ao VLT e poderá ser expandido para outras regiões a um custo menor do que a construção de novos trilhos.

Como o contrato com o Consórcio VLT já havia sido rescindido pela Justiça devido à suspeita de corrupção, o governo pediu a devolução dos materiais já comprados e não usados até agora, com ressarcimento dos valores pagos pelo Estado.

No final do ano passado, o governador anunciou a quitação do financiamento contraído junto à Caixa Econômica Federal para a construção do VLT, no valor de R\$ 572 milhões. Com isso, o Estado ficou livre para fazer a licitação do BRT sem precisar da anuência da Caixa, o que foi feito no dia 13 de dezembro.

## ESTOQUE CRÍTICO

## Hemocentro precisa de doadores de sangue para manter atendimento

Rose Velasco | SES-MT

O MT Hemocentro, único Banco de Sangue Público de Mato Grosso, necessita repor o seu estoque de sangue de todos os tipos. O estoque atual é considerado delicado devido à queda na doação voluntária nesse período de férias, além da situação de alta nos casos de Síndrome Respiratório Aguda Grave (SRAG), que ocasionou a suspensão de coletas externas de doações pela equipe do hemobus e desistência de alguns doadores com sintomas gripais.

A diretora ainda informa que as coletas de sangue estão ocorrendo somente internamente na única sede do MT Hemocentro, na capital, e com agendamento prévio para o atendimento de 10 pessoas por hora. Durante o atendimento, a equipe da unidade e os doadores compreendem rigorosamente as medidas de biossegurança para evitar o contágio da Covid-19 e outros SRAG.

Homens podem fazer até quatro doações anuais, com prazo de dois meses entre cada uma. Já as mulheres podem fazer três doações por ano, com um espaço de quatro meses. Os candidatos precisam ter a partir de 16 a 69 anos, 11 meses e 29 dias.

A doação de sangue deve ser voluntária e gratuita. Ainda neste mês de janeiro, o banco de sangue em parceria com a Liga Oncológica do curso de medicina da Unic, realizará o Mutirão do Bem no período de 31 de janeiro até o dia 14 de fevereiro. A parceria prevê o sorteio de vários brindes, entre os quais estão violões e chapéus doados e autografados por alguns cantores famosos, como Sorocaba, da dupla Fernando e Sorocaba; pelo cantor Nando Reis e por Gustavo Lima.

QUEM PODE DOAR - O Ministério da Saúde recomenda que o doador compareça à unidade portando um documento oficial com foto, tenha mais de 50 quilos, esteja em bom estado de saúde e tenha uma alimentação saudável.

Em cada coleta é retirado um volume aproximado de até 450 ml de sangue. Recomendam-se, nas primeiras horas pós-doença, descanso, evitar atividade física e ingestão de bebida alcoólica.

PARA AGENDAR A DOAÇÃO - Acesse o Sistema de Agendamento do MT-Hemocentro (www.mthemocentro.saude.mt.gov.br). O voluntário também pode agendar as doações por telefone, no número (65) 98433-0624 (WhatsApp, ligação ou mensagem) ou no tradicional número fixo: (65) 3623-0044 ramais 211 e 221.

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!  
(65) 3642-3344  
(65) 9 9299-9226

**EXPECTATIVAS POSITIVAS**

Além da boa produtividade, agricultores percebem valorização de até 7% no valor da saca devido ao risco de queda na produção em outros estados

# Colheita começa com soja em alta

Marcos Vergueiro/Secom-MT

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888****FARMÁCIA**  
Unimed  
Cuiabá**Da redação**

Apesar dos problemas para a obtenção de insumos, a colheita da soja começou em Mato Grosso com uma boa produtividade por hectare e está adiantada em comparação com a safra anterior. É o que aponta o boletim do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), divulgado na última segunda-feira (17). A colheita está em 4,16% da área plantada, 3,37 pontos percentuais (p.p.) à frente do mesmo período de 2021.

A produtividade das primeiras áreas foi de 59 sacas por hectare, 1,86% a mais que no ano passado e um pouco superior à estimativa de produção em todo estado, que é de 58,56 sc/ha.

O clima foi grande aliado dos produtores até aqui, mas agora começa a causar dores de cabeça. O boletim do Imea aponta que o elevado volume de chuvas nas últimas semanas tem impedido a entrada das colheitadeiras, além de que o atraso de dessecantes em algumas regiões do estado está prejudicando o avanço dos trabalhos nas primeiras áreas.

“Além disso, devido ao excesso de umidade, foram registrados problemas pontuais com doenças de final de ciclo para as variedades precoces, mas o reporte da grande maioria dos informantes é de lavouras com boas condições e estandes bem estabelecidos”, dizem os técnicos do Imea.

O risco de queda de produtividade em outros estados brasileiros também tem favorecido o aumento da cotação da soja em Mato Grosso. O preço disponível da soja teve alta de mais de 7% em relação à terceira semana de dezembro. Apesar disso, a paridade do preço da soja brasileira em relação ao dólar



Colheita está mais avançada que na safra anterior, mas chuva cria dificuldades para avanço das colheitadeiras

reduziu 1,62%, influenciado pelo recuo do dólar futuro. Essa redução significa que a soja mato-grossense perdeu um pouco da competitividade em relação à safra norte-americana.

**PERCALÇOS** - O alto volume de chuvas nos

últimos dias também tem prejudicado o plantio do milho em Mato Grosso, pois impede a entrada das colheitadeiras nas plantações de soja e dificulta a liberação de novas áreas para semeadura. O plantio do algodão também

está sendo prejudicado pela falta de dessecante, aponta o boletim do Imea.

“Cabe destacar que os volumes de chuvas registrados nesse período dificultaram um maior adiantamento na colheita da soja, o que

vem limitando a disponibilidade das áreas para o avanço da semeadura do cereal neste primeiro momento”, diz o Imea, ressaltando que uma parte dessas primeiras áreas colhidas estão sendo destinadas para a semeadura do algodão.

A questão da falta de insumos já foi adiantada pelo jornal Estação Mato Grosso ainda em 2021. A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) chegou até protocolar um documento no Ministério Público Federal (MPF) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) pedindo investigação contra os fornecedores.

À época, os produtores reclamam que as fornecedoras de fertilizantes e defensivos estão cancelando as compras realizadas no ano anterior para revender os mesmos produtos por preços atualizados, que estão até três vezes mais altos. Além do fator financeiro, os produtores apontam que esse comportamento dos fornecedores traz risco à produtividade.

**SINAIS DE RETOMADA**

## Atividade econômica cresce 0,69% em novembro, diz BC

Pedro Peduzzi/ABR

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) apresentou alta de 0,69% registrado em novembro de 2021, na comparação com outubro, percentual já dessazonalizado para compensar eventuais diferenças entre os períodos, como o número maior de feriados ou fins de semana.

O dado, espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, foi divulgado nessa segunda-feira (17), em Brasília, pelo Banco

Central. Apesar da alta, o trimestre ainda apresenta número negativo (-0,79%), devido a sequência anterior de recuos, segundo os números apresentados pela autoridade monetária.

Na comparação com novembro de 2020, quando os efeitos da pandemia estavam mais acentuados, o indicador tem alta de 0,43%; e no acumulado do ano (janeiro a novembro de 2021) a variação observada, sem ajuste sazonal, ficou em 4,59%. No acumulado de 12 meses, novembro tem alta de 4,30%.

**SELIC E CÂMBIO** - O IBC-Br incorpora in-

formações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária, além do volume de impostos. O índice é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o Banco Central a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 9,25% ao ano.

A previsão do mercado para a taxa básica de juros, a Selic, ao final de 2022, é 11,75% ao ano, conforme boletim divulgado pelo Banco Central no início do mês.

**CARESTIA PERMANECE**

## Inflação medida pelo IGP 10 sobe 1,79% em janeiro

Akemi Nitahara/ABR

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) subiu 1,79% em janeiro deste ano, depois de cair 0,14% em dezembro, de acordo com dados divulgados nessa segunda-feira (17), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Os preços para compor o indicador são coletados entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência, servindo de base para o reajuste de tarifas públicas e contratos antigos de aluguel

e planos de saúde. O IGP reúne os indicadores de preços ao produtor, ao consumidor e o custo da construção civil.

Com esse resultado, o índice acumula alta de 17,82% em 12 meses. Na comparação anual, em janeiro de 2021 o IGP-10 subiu 1,33%, com acumulado de 12 meses de 24,49%. De acordo com o coordenador dos Índices de Preços do instituto, André Braz, o indicador foi influenciado pelo aumento no preço de commodities e pela baixa na gasolina.

“As acelerações observadas nos preços do

minério de ferro, que passaram de -19,28% em dezembro para 24,56% em janeiro, e da soja, indo de -3,41% para 2,92%, itens de maior peso no índice ao produtor, orientaram o avanço da taxa do IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), com maior influência sobre o IGP-10. Já a inflação ao consumidor e na construção civil apresentou desaceleração em razão da queda do preço da gasolina, que foi de 5,50% para -1,51%, e dos preços de vergalhões e arames de aço, que passaram de -0,40% para -1,61%”.

**AVANÇO DAS FINTECHS**

## Pandemia de covid-19 aumento acesso a serviços bancários

Alana Gandra/ABR

Os bancos digitais aumentaram o acesso da população brasileira a produtos financeiros, com destaque para a parcela de baixa renda. Atualmente 19% dos brasileiros têm conta em bancos digitais e 30% estão nas classes D e E. É o que revela pesquisa divulgada pelo Instituto Locomotiva, feita com 1.519 brasileiros, com 18 anos de idade ou mais, entre 27 de outubro e 7 de novembro do ano passado.

O presidente do Locomotiva, Renato Meirelles, disse na quarta-feira (19) à Agência Brasil que, antes da pandemia de covid-19, o banco digital era o segundo banco da classe mais rica e o substituto da conta uni-

versitária. “Os bancos digitais falavam, praticamente, para os mais ricos. Tanto que, para depositar dinheiro no banco digital, era preciso fazer uma transferência de outro banco. Então, ele [banco digital] era, basicamente, para quem já tinha conta.”

Com a pandemia, o receio de se expor a uma possível contaminação ao se dirigir a uma agência bancária tradicional fez cair consideravelmente a procura por esses serviços. Por outro lado, aumentou o acesso à internet e cresce a demanda por serviços e compras online, destacou Meirelles.

“Além de fazer crescer o mercado das fintechs (empresas que oferecem serviços financeiros), isso mudou

o perfil desse público. Por isso, temos 30% que são das classes D e E. Praticamente, um terço de quem tem conta em fintechs vem das classes D e E.”

**INCLUSÃO** - Segundo Meirelles, um dado que ajuda a entender esse processo de inclusão é o fato de 86% dos brasileiros dizerem que os bancos digitais permitiram que pessoas antes discriminadas pelas instituições financeiras tivessem conta em banco e de 80% afirmarem que bancos digitais não discriminam clientes de acordo com a renda.

**MENOS TAXAS** - A isso, soma-se a percepção de os bancos digitais cobrarem menos taxas e serem mais fáceis de usar. As fintechs atraem mais os jovens, que

são mais conectados. Entretanto, durante a pandemia, o que se viu foram pessoas mais velhas aprendendo com os netos a usar as novas tecnologias, entre as quais as fintechs. “Como os mais velhos eram do

grupo de risco, tinham mais dificuldade para ir aos bancos. E isso os levou a se digitalizar mais e a usar as fintechs.”

Meirelles disse que, no geral, são os mais jovens que usam mais as fintechs, mas ressaltou

que, proporcionalmente, quem mais elevou o uso dos bancos digitais foram os mais velhos, que saíram de uma base menor, quase equivalente a 0%. “Foi o grupo que mais cresceu na pandemia.”

**PUBLICIDADE LEGAL**  
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.  
**(65) 99228-9990**  
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS  
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS  
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

**PUBLICAR**  
PUBLICAÇÕES E AQUI

## NOVO CENÁRIO

Em busca de qualidade de vida, é crescente o número de cuiabanos que mudam para a cidade vizinha, o que também atrai novos investimentos

## Cresce o interesse em Chapada

Divulgação

Disk Farmácia  
Ligou. Pediu. Chegou.  
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

## Da redação

O charme e o clima ameno de Chapada dos Guimarães, cidade vizinha a Cuiabá, têm motivado cada vez mais pessoas a morar no município, em busca de melhor qualidade de vida e tranquilidade. O crescente interesse na cidade também atrai os olhares de construtoras e incorporadoras, que expandiram seu portfólio para oferecer não apenas casas de veraneio, mas moradias.

Há vários projetos em avaliação para construção de condomínios. Um deles é o Reserva Mandarin, que traz o conceito 'home resort' e visa a praticidade e conforto dos moradores. De acordo com o diretor de Implantação e Negócios do Grupo Cerrado, Ro-

berto Fogaça, a expectativa é que a abertura de novos empreendimentos e atração de mais moradores faça o município experimentar uma nova fase econômica nos próximos anos, aquecendo o comércio e impactando positivamente a economia local, gerando mais possibilidade de renda para os chapadenses.

"Nós temos um potencial de ecoturismo absurdo em Chapada. Tudo isso bem controlado e bem organizado, eu vejo Chapada com uma exploração do ecoturismo muito grande e, fatalmente, mais investimento na rede hoteleira. Eu tenho notícia de dois grandes hotéis, que estão fazendo estudo de viabilidade", conta.

O consultor imobiliário Luís Felipe Portela explica que um dos motivos pela grande procura dos cuiabanos por Chapada dos Guimarães é justificado pelas mudanças de comportamentos durante a pandemia, quando as pessoas começaram a ver o lar não só mais como um 'dormitório', mas sim como um espaço para aproveitar a família e com qualidade.

Além disso, a distância de apenas 66 quilômetros permite às pessoas morarem em Chapada e trabalharem em Cuiabá. Portela lembra ainda que o trânsito dentro do perímetro urbano de Cuiabá faz com que o tempo de deslocamento se torne quase o mesmo de uma pessoa que sai de uma cidade para outra. Além disso, Cuiabá tem crescido em direção a Chapada, deixando as duas cidades ainda mais próximas.

"Chapada acaba tendo um pouquinho mais de infraestrutura a cada ano e muita gente vem de Cuiabá. Realmente o calor faz diferença, então viver em Chapada e ter acesso a Cuiabá está relacionado a maior qualidade de vida. Lá eu tenho terrenos maiores e as incorporadoras estão olhando mais para Chapada", explica Portela.

**VIVER EM RESORT** - Fogaça explica que o Reserva Mandarin deve ser concluído em até 24 meses e já está com todas as licenças necessárias para a construção. São 14,4 lotes de aproximadamente 360 metros quadrados em um espaço de quase 130 mil metros quadra-



Novo condomínio em Chapada oferece estrutura de resort e proximidade com a natureza

dos. A pré-venda, segundo Fogaça, deve ocorrer em março.

"É um conceito de um condomínio onde você vai ter toda uma estrutura de um resort à disposição dos moradores e dos seus convidados, da sua família", explica Fogaça, em entrevista ao Estadão Mato Grosso. Além de piscina adulto-infantil, churrasqueiras, playgrou-

nd, quadras, espaço pet, gourmet, salão de festas, academia, o local também terá um "chamarrodromo" e pomar.

Segundo Fogaça, um dos pontos positivos é que os moradores não precisarão se preocupar com manutenção de piscina, jardim, além de outras coisas na casa. Além da estrutura de resort, o condomínio faz divisa com uma Área de

Proteção Permanente (APP) que tem uma cachoeira.

"Nós já temos todas as licenças ambientais, os 14,4 lotes já estão desmembrados. Isso é um grande facilitador. O condomínio trabalha com recursos próprios, visando três tipos de público: o investidor, quem quer a casa de veraneio e quem quer morar", conclui.

## R\$ 193 BILHÕES

## MT lidera produção agrícola pelo 4º ano consecutivo

## Da redação

A cada ano Mato Grosso ganha mais destaque na produção agrícola nacional. Em quatro anos, o Estado apresentou crescimento de 69% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP). Em 2018, quando alcançou o 1º lugar brasileiro, obteve VBP de R\$ 114,5 bilhões, no ano seguinte chegou a R\$ 124,1 bi, em 2020 alcançou a marca de R\$ 175 bi e fechou 2021 com R\$ 193 bi.

Atualmente o estado detém mais de 17% da produção agrícola nacional, seguido pelo Paraná na 2ª posição, São Paulo aparece na 3ª colocação, Minas Gerais em 4º lugar e o Rio Grande do Sul em 5º.

Mato Grosso é o maior produtor de soja, milho, algodão e bovino do país.

Juntas as quatro commodities são responsáveis por 93,5% do valor bruto arrecadado, totalizando R\$ 180 bilhões.

Conforme levantamento do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Mato Grosso tem 35 dos 100 municípios mais ricos do agronegócio no Brasil. Seis municípios despontam em produção agropecuária. São eles Sorriso, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Diamantino, Nova Ubiratã e Nova Mutum.

Os municípios do Estado com melhor desempenho na área acumulam R\$17 bilhões sobre o valor de produção brasileira. Este número equivale a 30% da produção estadual, cerca de 15% da registrada no Centro-Oeste

e aproximadamente 5% da produção nacional.

As motivações para este salto positivo ano a ano, de acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, César Miranda foram as ações do governo do Estado e a tecnologia utilizada no campo.

"O plano viário do Estado foi muito importante para consolidar a expansão do setor. Hoje temos uma malha rodoviária de qualidade, além do reforço dos transportes hidroviário e ferroviário. A modernização das técnicas aplicadas nas safras subsequentes foi outro fator decisivo para o crescimento. Tudo isso somado leva aos excelentes resultados que Mato Grosso vem colhendo", destaca.

## DINHEIRO NO BOLSO

## Auxílio Brasil deve injetar R\$ 84 bilhões na economia

## Alana Gandra/ABR

Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) analisa que o programa Auxílio Brasil deverá injetar na economia, ao longo deste ano, pelo menos R\$ 84 bilhões, dos quais 70,43%, ou o equivalente a R\$ 59,16 bilhões, deverão se transformar em consumo imediato, enquanto 25,74% (R\$ 21,62 bilhões) se destinarão para quitação ou abatimento de dívidas e 3,83%, ou R\$ 3,21 bilhões, serão poupados para consumo futuro.

O programa Auxílio Brasil substituiu o Bolsa Família, extinto no ano passado, e teve suas primeiras parcelas mensais pagas aos beneficiários em 2022 a partir de (18).

Em entrevista à Agência Brasil, o economista da CNC, Fabio Bentes, explicou que o valor de R\$ 84 bilhões foi apurado tomando por base o benefício mínimo de R\$ 400. "Como a gente não sabe quanto cada brasileiro vai receber, porque depende de outras variáveis, a gente fez a conta por baixo. Como o benefício mínimo é de R\$ 400 pago a 17,5 milhões de famílias, durante 12 meses, isso perfaz R\$ 84 bilhões". Esse será o valor que o programa vai disponibilizar, no mínimo, em 2022. Entretanto, como o benefício é variável, a estimativa pode ser ainda mais otimista: R\$ 89,9 bilhões.

A estimativa da CNC é que 70% desse montante se destinará ao consumo imediato, mas não

ao consumismo, até porque os elegíveis do antigo Bolsa Família estão na pobreza extrema ou na pobreza, afirmou Bentes. "Há necessidades de curtíssimo prazo, por conta da pandemia e da letargia da economia, e as famílias vão ter que fazer frente a esses gastos com alimentação, com medicamentos, serviços do dia a dia, transportes", indicou.

Do total de R\$ 59 bilhões que deverão ir para o consumo imediato, a CNC estimou que pela estrutura de gastos do brasileiro, cerca de 47% são consumo no comércio e no setor de serviços. "A gente estima que R\$ 28 bilhões devem chegar ao comércio". Isso significa um impulso de 1% a 1,5% no faturamento anual do varejo nacional.

## CONTA DA PANDEMIA

## Brasil fecha 2021 com recorde de endividados

## Ana Cristina Campos/ABR

O nível de endividamento médio das famílias brasileiras em 2021 foi o maior em 11 anos, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

De acordo com o levantamento, o último ano apresentou recorde do total de endividados, registrando uma média de 70,9% das famílias brasileiras, enquanto dezembro alcançou o patamar máximo histórico com 76,3% do total de famílias. Segundo a CNC, as famílias recor-

reram mais ao crédito para sustentar o consumo.

Na avaliação por faixa de renda, o endividamento médio das famílias com até 10 salários mínimos mensais aumentou 4,3 pontos percentuais (p.p.), chegando 72,1% do total. Na faixa de renda superior, acima de 10 salários mínimos, o indicador aumentou ainda mais, 5,8 p.p., e fechou em 66%.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, avalia que, entre as famílias com rendimentos acima de 10 salários mínimos, a demanda represada, em especial pelo consumo de serviços, fez o endividamento aumentar ainda

mais expressivamente, em especial no cartão de crédito.

"O processo de imunização da população possibilitou a flexibilização da pandemia, refletindo no aumento da circulação de pessoas nas áreas comerciais ao longo do ano, o que respondeu à retomada do consumo, principalmente de serviços", disse Tadros, em nota.

Na comparação com 2020, das cinco regiões do país, apenas o Centro-Oeste apresentou queda do índice, 0,3 ponto percentual. O Norte registrou estabilidade, e o Sudeste se destacou com aumento de 5,9 ponto percentual (p.p.), seguido pelo Sul

(+5,5 p.p.) e o Nordeste (+4,5 p.p.). Porém, considerando o total de endividados, o Sul contou com o maior percentual, aproximando-se de 82%.

**INADIMPLÊNCIA** - Na direção oposta dos indicadores de endividamento, no último ano, os números de inadimplência apresentaram queda. De acordo com a pesquisa, o percentual médio de famílias com contas e/ou dívidas em atraso diminuiu 0,3 p.p. na comparação com 2020, chegando a 25,2%.

Após iniciar 2021 em patamar superior ao observado no fim do ano anterior, o percentual mensal de inadimplência teve redução

até maio, mas passou a apresentar tendência de alta desde então, alcançando 26,2% em dezembro e ficando acima da média anual.

"O percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas e/ou dívidas em atraso e que, portanto, devem permanecer inadimplentes também contou com uma redução na comparação com 2020, 0,6 p.p., totalizando 10,5% dos lares no país. Os números indicam que essa parcela de consumidores apresentou movimentos diferentes ao longo do ano. Enquanto, no primeiro semestre, o indicador de inadimplência recorrente oscilou entre

baixa e alta, a partir de julho passou a registrar tendência de queda, encerrando o ano em 10% do total de famílias, abaixo da média anual", afirmou a CNC.

Para a economista da CNC responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, os números indicam que, ainda que em condições financeiras mais acirradas, os consumidores conseguiram quitar os compromissos financeiros e evitaram incremento da inadimplência até o fim do terceiro trimestre. Nos últimos três meses do ano, no entanto, o indicador de contas em atraso aumentou, já indicando tendência de alta para o início de 2022.